



Mesa aprova fim de 14º e 15º salários no Congresso



Segue para votação em Plenário projeto que extingue auxílio criado para senadores e deputados na década de 1940. Segundo relator Waldemir Moka, o benefício, que financiava a mudança para o Rio, não se justifica mais

Proposta aprovada por unanimidade pela Mesa do Senado determina que a ajuda de custo para congressistas seja concedida apenas no início e no fim de cada mandato. Pela regra atual, o pagamento é feito duas vezes ao ano: no início e no fim da sessão legislativa.

Se confirmado pelo Plenário, onde será avaliado provavelmente na semana que vem, o projeto seguirá para votação na Câmara dos Deputados. Senadores acreditam na aprovação e esperam que o exemplo seja seguido, depois, pelas assembleias estaduais. **2**

Congresso deve criar hoje CPI mista do caso Cachoeira

Requerimento para a instalação da comissão parlamentar de inquérito deverá ser lido hoje em sessão do Congresso Nacional. **3**

Rejeitada na CCJ, reestruturação do Senado terá novo relatório

Tanto o substitutivo de Benedito de Lira quanto o voto em separado de Ricardo Ferraço ao projeto da reforma administrativa foram rejeitados pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta segue para análise da Mesa, onde um dos integrantes será designado para emitir novo relatório. **2**



Kleber Lima/Agência Senado

Ferraço, Dornelles e Benedito na CCJ: projeto segue para a Mesa com a informação de que dois relatórios foram rejeitados

Conselho de Ética fará novo pedido para acessar inquérito

Em reunião às 10h, senadores elaboram nova requisição ao STF para terem acesso à investigação sobre relações entre Carlos Cachoeira e Demóstenes Torres. **3**

Comissão acata projeto para rastrear origem de agrotóxicos

Comissão de Ciência e Tecnologia determina que rótulos tenham código de barras ou sistema similar. **4**



SEAB/PRANIMA

Aplicação de agrotóxicos em lavoura: fiscalização de toda a cadeia produtiva

Alíquota única de ICMS para importados pode ser votada terça

Governo diz que projeto desestimula importações e protege indústria nacional. Estados importadores querem ser compensados. **5**

Imposto zero para equipamento e material fotográfico

Encarte traz experiência de sucesso em Minas Gerais



Márcio Kolumbe/Agência Senado

Comissão aprova Tribunal Regional Federal para Minas



Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral (3º e 4º à esq.) ouvem representantes do consórcio e dos municípios impactados pelas obras

Cidades reclamam que Belo Monte atrasa obrigações socioambientais

Participantes de audiência afirmam que consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica no Pará precisa agilizar ações de infraestrutura. **7**

Mesa do Senado aprovou ontem, por unanimidade, extinção dos benefícios criados para congressistas na década de 1940 como auxílio à mudança de residência

Fim de 14º e 15º salários chega ao Plenário

A MESA DO Senado aprovou o fim dos chamados 14º e 15º salários recebidos por deputados e senadores. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 71/11 agora segue para exame do Plenário. Se aprovado, vai para votação na Câmara dos Deputados.

— A medida mostra um movimento de austeridade por parte do Senado — disse Marta Suplicy (PT-SP), que está no exercício da Presidência da Casa devido à licença médica de José Sarney.

O PDS 71/11 já havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em março. De autoria da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta determina que o benefício seja concedido

apenas no início e no fim de cada mandato. Pela regra vigente, o benefício é pago duas vezes ao ano: uma no início e outra no fim de cada sessão legislativa.

Marta contou que Sarney considerou a medida “muito adequada”. Ela disse que a iniciativa vai dar ao Senado uma “economia considerável e bem-vinda”. De acordo com a senadora, o projeto deve ser votado no Plenário a partir da próxima semana.

Para o relator na Mesa do Senado, Waldemir Moka (PMDB-MS), o Plenário vai confirmar a decisão. Ele destacou que o projeto foi aprovado por unanimidade. Segundo Moka, o pagamento do 14º e do 15º salários “não se justifica há



João Ribeiro, João Vicente, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Vanessa Graziotin em reunião

muito tempo”, já que o sentido da ajuda de custo — criada na década de 1940, quando a sede do Senado ficava no Rio de Janeiro — era auxiliar nas despesas dos deputados

federais e senadores com mudança e transporte dos locais onde residiam para a capital da República. Na época, acrescentou o senador, havia muita dificuldade de transporte.

Para Moka, a medida pode incentivar as assembleias estaduais a seguirem o mesmo caminho.

— É uma forma de dar uma satisfação à sociedade — disse.

Mesa examinará projeto de reforma administrativa

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou ontem que o projeto de reforma administrativa (PRS 96/09) será enviado à Mesa, mesmo após a rejeição, ontem, do substitutivo de Benedito de Lira (PP-AL) e do voto em separado de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Eunício esclareceu que um integrante da Mesa será designado relator para emitir novo parecer. Aprovado ou não o parecer, a proposta vai ao Plenário.

— Caberá aos 81 senadores tomar a decisão — afirmou.

O relatório de Benedito teve 9 votos contrários e 7 favoráveis. O de Ferraço foi rejeitado em votação simbólica, sem a contagem dos votos pedida pelo autor. Pedro Taques (PDT-MT) disse que problemas fundamentais não estavam sendo enfrentados. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) defenderam



Ao lado de Dornelles, Benedito de Lira fala em economia de R\$ 155 milhões anuais

o adiamento da votação. Como a sugestão não foi atendida, Simon se retirou.

— Isso é de mentirinha, eu não participo — afirmou.

Favorável ao parecer de Benedito, Francisco Dornelles (PP-RJ) entendeu que o relator pensou na eficiência do Senado. Romero Jucá (PMDB-RR) também defendeu o texto por resultar em economia sem prejudicar os trabalhos.

“O texto preserva estruturas que são essenciais para que

os senadores possam atuar”, comentou. O projeto, que recebeu 112 emendas, nasceu após um movimento de senadores pela modernização da Casa.

Após mais de dois anos na CCJ, recebeu ajustes de Benedito de Lira para facilitar consenso, com economia de R\$ 155 milhões anuais, segundo ele. Ferraço disse que sua versão economizaria mais R\$ 30 milhões, restaurando sugestões da Fundação Getúlio Vargas.

Suplicy diz que houve erro na contagem de votos

A votação do PRS 96/09, que trata da reforma administrativa, teve um erro de contagem, segundo apontou Eduardo Suplicy (PT-SP) em Plenário.

Em aparte a Ricardo Ferraço, Suplicy declarou que houve equívoco na votação na CCJ, e o voto de Jorge Viana (PT-AC), favorável ao voto em separado de Ferraço, não teria sido computado. O texto acabou sendo rejeitado.

Caso fosse contado, disse Suplicy, haveria empate, sendo então necessário o voto de desempate do presidente da CCJ, Eunício Oliveira.

Ferraço disse que aguardará



Para o senador, rejeição de projetos beneficia quem não quer mudanças

a decisão da Mesa, para onde foi encaminhado o projeto.

Suplicy lamentou a rejeição do voto de Ferraço e do parecer de Benedito de Lira.

— Este resultado beneficia principalmente aqueles que não querem uma mudança na estrutura do Senado — disse.

Para ele, o texto que apresentava a melhor solução era o de Ferraço, que foi relator da subcomissão que analisou a reforma, presidida por Suplicy.

O texto representaria R\$ 185 milhões de economia por ano.

— Considerando os altos salários já pagos, não se justifica manter elevado número de gratificações para motivar o servidor — disse Suplicy. Jorge Viana, Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS) também lamentaram a decisão da CCJ.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h35 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário MP reduz tarifa de aeroportos

14h Dois projetos de lei de conversão trancam a pauta, um deles o PLV 8/12 (MP 551/11), que reduz adicional de tarifa aeroportuária.

Presidência Posse no STF e CNJ

16h Presidente em exercício, Marta Suplicy participa da posse de Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa como presidente e vice-presidente do STF e do CNJ.

CRA Agricultura familiar

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina, entre outros, projeto que trata da distribuição de recursos públicos para a agricultura familiar.

CI Habilitação de amadores

9h Pauta da comissão inclui projeto que trata da habilitação de amadores para tráfego aquaviário e o que propõe a federalização de rodovias.

CPI da Mulher Debate com ministérios

9h Comissão que investiga a situação de violência contra a mulher realiza debate com representantes dos ministérios da Saúde, Educação e Justiça.

CMO Parlamento aberto

10h Comissão Mista de Orçamento promove debate sobre transparência e controle social no Congresso com Tiago Peixoto, especialista do Banco Mundial.

CRE Novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores examina indicações para embaixadas em El Salvador, Áustria, Líbia, Botswana e Eslováquia, além de projetos que ratificam acordos internacionais celebrados pelo país.

Conselho de Ética Requerimentos

11h Senadores se reúnem para apreciação de requerimentos sobre a representação contra Demóstenes Torres.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Conferidas as assinaturas de deputados e senadores, deverá ser lido hoje o requerimento em sessão do Congresso Nacional; comissão terá 180 dias para fazer investigações

Congresso deve criar hoje CPI do Cachoeira

AS MESAS DO Senado e da Câmara dos Deputados já começaram a conferir as assinaturas dos senadores e deputados no requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista do caso Carlinhos Cachoeira.

Uma vez conferidas as assinaturas, poderá ser lido o documento em sessão do Congresso — ato que formaliza a criação da CPI.

A leitura poderá acontecer hoje, em sessão extraordinária do Congresso presidida pela deputada Rose de Freitas (PMDB-ES).

Vice-presidente do Congresso, ela substituirá o presidente, senador José Sarney, licenciado para tratamento de saúde.

O requerimento para a criação da CPI foi protocolado na Mesa do Congresso anteontem à noite. No ato do protocolo, haviam assinado



Demóstenes Torres, que deixou o DEM: rápida aparição ontem no Senado. Deputada Rose de Freitas presidirá sessão

o documento 330 deputados e 67 senadores. Os números mínimos são 171 deputados e 27 senadores.

Poderes

O número de apoiadores da CPI pode ser alterado até a meia-noite do dia em que for feita a leitura do requerimento em Plenário. Até essa data, os parlamentares poderão assinar ou retirar suas assinaturas do documento.

Feita a leitura, os partidos terão cinco dias para indicar os 15 senadores e os 15 deputados federais integrantes da comissão. Do total de 30 titulares, a oposição tem direito a sete vagas.

Na primeira reunião da CPI, deverá ser eleito o presidente e indicado o relator. A comissão terá 180 dias, com possibilidade de prorrogação do prazo, para concluir os trabalhos.



encaminhadas ao Ministério Público.

Demóstenes

Após rápida aparição ontem no Plenário do Senado, onde ficou durante 15 minutos, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) disse que só falará sobre sua situação depois de reunião do Conselho de Ética. A próxima reunião está marcada para hoje.

Não ficou claro se o senador se referia a essa data ou à da apresentação de sua defesa prévia, cujo prazo se encerra no dia 25.

Demóstenes Torres é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e enfrenta processo no Conselho de Ética do Senado sob a acusação de tráfico de influência e participação em um esquema de jogos ilegais liderado pelo empresário Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal em fevereiro.

Conselho de Ética encaminhará novo pedido de informações ao STF

O Conselho de Ética do Senado vai elaborar um novo pedido formal ao Supremo Tribunal Federal para ter acesso à investigação sobre o envolvimento do senador Demóstenes Torres com o contraventor Carlos Cachoeira.

O presidente do conselho,

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), convocou reunião para as 10h, a fim de elaborar com os demais integrantes do colegiado os termos da requisição.

Ele disse que será um pedido bem mais específico do que o feito anteriormente, negado pela corte. Segundo o senador,

desta vez serão solicitados apenas os trechos do processo que possam auxiliar no procedimento administrativo relacionado à quebra de decoro parlamentar.

— Estamos otimistas, e o ministro Ricardo Lewandowski ficou de estudar a situação —

afirmou Valadares, referindo-se ao encontro entre ele e o magistrado na terça-feira. Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Humberto Costa (PT-PE), que é o relator do processo contra Demóstenes no Conselho de Ética, também participaram da reunião.

No encontro, Valadares disse ter mostrado a Lewandowski que, em outros casos, o Judiciário não negou ao Legislativo compartilhamento de informações de processos e citou como exemplo um procedimento administrativo contra o ex-senador Luiz Otavio.

Alvaro Dias cobra interpeção judicial do dono da Delta



Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu à Justiça Federal do Rio que encaminhe ao Senado intimação para que ele e a senadora Ana Amélia (PP-RS) possam dar continuidade à interpeção judicial do empresário Fernando Cavendish, da construtora Delta. A interpeção havia sido feita pela Advocacia-Geral do Senado logo após uma entrevista de Cavendish à revista *Veja*, em maio de 2011. Alvaro lembrou que a declaração voltou à tona nos últimos dias, na esteira das denúncias envolvendo o contraventor Carlinhos Cachoeira e o empresário.

Agripino anuncia que Jayme Campos fará parte da comissão



O líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que o representante titular de seu partido na CPI mista será o senador Jayme Campos (MT). De acordo com Agripino, a indicação foi feita após reuniões com o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR). O líder do DEM informou que o bloco de oposição (composto pelos dois partidos, mais o PPS, que não tem representante no Senado) resolveu “fazer uma homenagem a duas figuras importantes, que poderão dar uma grande contribuição no processo de investigação da CPI”: os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Dia do Basta à Corrupção é apartidário, afirma Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ontem que, em 21 de abril, será realizado em várias cidades o Dia do Basta à Corrupção. O senador disse que o movimento é considerado “genuinamente popular, de caráter pacífico e apartidário”. Para ele, manifestações desse tipo mostram a diminuição do conformismo da população frente a escândalos de corrupção. — Em Roraima, a marcha está sendo organizada no Facebook pelo grupo QP! - Quebrando Paradigmas e também por outros [grupos] — afirmou.

Casildo questiona TSE por negar certidões de quitação eleitoral



A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de negar a certidão de quitação eleitoral aos candidatos que não tiveram suas contas de campanha aprovadas na eleição anterior poderá ser considerada nula, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC). Como a certidão é necessária para registrar a candidatura, uma das dúvidas, segundo o senador, é se o TSE estaria estabelecendo critérios de inelegibilidade, competência constitucional exclusiva do Legislativo. Outra é se a regra alcança apenas quem foi candidato em 2010, ou vale para eleições anteriores. É preciso ainda definir a duração da restrição, disse.

Mário Couto cobra punição para petistas envolvidos em denúncias

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar o PT, afirmando que as maiores figuras do partido já se envolveram em denúncias de irregularidades no uso do dinheiro público. Segundo ele, “há muito tempo

é sabido o relacionamento do PT com a corrupção”.

O senador citou texto do colunista Arnaldo Jabor, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo o qual “o governo do PT desmoralizou

o escândalo, e Cachoeira é um monumento que Lula esculpiu”.

— Não é meu desejo, mas é minha certeza: as bombas atômicas vão explodir na cabeça do governo Dilma — disse.

Couto cobrou da 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), imparcialidade na condução dos trabalhos durante o afastamento do presidente da Casa, José Sarney.



Comissão aprova medidas para rastreamento de agrotóxicos

Projeto visa evitar agressões ao meio ambiente e preservar a saúde de agricultores e consumidores de produtos agrícolas

PROJETO APROVADO ONTEM pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) determina que os rótulos de agrotóxicos comercializados no Brasil tenham código de barras ou sistema similar que identifique o produto, o país de origem, o fabricante ou importador, o número do lote ou da partida e a sua validade. O objetivo é permitir o rastreamento e fiscalizar a cadeia produtiva de agrotóxicos.

A proposta (PLC 55/07), do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), mantém a pena de reclusão de dois a quatro anos para quem deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, já prevista na Lei dos Agrotóxicos. Também

inclui parágrafo para prever pena reduzida (reclusão de um a três anos) quando houver culpa, ou seja, não houver intenção de causar danos.

Em qualquer caso, o empregador, o profissional responsável ou o prestador de serviço ficará sujeito a multa. Para pessoa física, de até R\$ 10 mil, aplicável em dobro na hipótese de reincidência. Para pessoas jurídicas ou responsáveis técnicos, o valor pode alcançar R\$ 100 mil.

A proposta foi aprovada em forma de substitutivo do relator, Ciro Nogueira (PP-PI), que incorporou sugestões do PLS 337/08, de Valdir Raupp (PMDB-RO). A matéria ainda será examinada por quatro comissões.



Rollemberg (D) cumprimenta Ciro, autor do substitutivo aprovado pela CCT

Normas para criar patentes serão discutidas em audiência

As normas relativas ao patenteamento no Brasil e sua influência no desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do país serão discutidas em audiência pública na CCT. Requerimento com essa finalidade, dos senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado ontem.

Serão convidados representantes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério de Relações Exteriores.

Isenções para fotógrafos profissionais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que beneficia, temporariamente, fotógrafos profissionais com isenção de vários tributos na compra de equipamentos e materiais. Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo — sem necessidade de passar pelo Plenário.

O autor da proposta (PLS 342/11) é José Agripino (DEM-RN). O parlamentar argumenta que os tributos dificultam a compra de materiais e equipamentos fotográficos mais sofisticados, parte deles disponível somente no exterior.

Para importados — somente quando não houver similar

nacional —, o projeto estabelece isenção de Imposto de Importação, de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

No caso de produtos adquiridos no Brasil, está prevista isenção de IPI, PIS-Pasep e Cofins. Todos os benefícios seriam temporários, aplicando-se apenas às compras até 31 de dezembro de 2017.

Para ser beneficiado, o comprador teria de atender a uma série de exigências. Uma delas é que os produtos se destinem exclusivamente ao exercício da profissão.

Outra é a comprovação da atividade por meio de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como contribuinte individual ou empregado com carteira assinada, ou ainda como servidor público sujeito a regime próprio de previdência social. Também seria necessário comprovar regularidade fiscal com a União.

O projeto exige ainda a manifestação, “pela repartição administrativa que o regulamento indicar, sobre a adequação, ao desenvolvimento do trabalho do profissional, dos equipamentos e materiais importados ou adquiridos no mercado interno”. A proposta contou com relatório favorável de João Vicente Claudino (PTB-PI).

Jayne comemora sinal verde para curso de medicina

Jayne Campos (DEM-MT) comemorou em Plenário, ontem, compromisso assumido pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, de assinar autorização para curso de medicina no Centro Universitário de Várzea Grande (MT).

O senador celebrou também a inclusão de 60 novas vagas no curso de medicina da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no campus de Sinop. Para ele, a notícia é boa para todo o estado, e especialmente para o município de Várzea Grande.

— É uma notícia animadora, pois fortalece Várzea Grande como centro de excelência na área médica e científica — disse.

Vanessa lembra 63 anos de jornal do Amazonas



Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou ontem o jornal amazonense *A Crítica*, que completa 63

anos hoje. Segundo a senadora, o jornal sempre teve participação nas lutas do povo do Amazonas e compromisso com o debate, o questionamento de atos públicos e a defesa da sociedade.

— Desde a sua fundação, em 19 de abril de 1949, o jornal assumiu papel de porta-voz dos anseios da população amazonense — afirmou.

Para a senadora, o fundador do jornal, Umberto Calderaro Filho, foi um visionário da comunicação.

Ferraço registra 15 anos da Folha do Espírito Santo



Ricardo Ferraço

Os 15 anos do jornal *Folha do Espírito Santo*, comemorados neste mês, foram lembrados ontem por Ricardo Ferraço

(PMDB-ES).

O senador disse que o jornal, com sede em Cachoeiro de Itapemirim, foi o primeiro diário fora da capital (Vitória) e é uma voz respeitada em todo o estado.

— Desde o início, foi um projeto inovador, corajoso. Para se ter uma idéia do dinamismo da *Folha do Espírito Santo*, basta dizer que, durante cinco anos, ela teve duas edições diárias: uma matutina e outra vespertina — contou o senador.

Valadares lamenta morte de historiador

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou ontem a morte, em Aracaju, do jornalista e historiador Luiz Antonio Barreto, destacando seu “amor incondicional” pela cultura popular, pelo folclore e pela memória do povo sergipano. Barreto, que estava internado desde



Antonio Carlos Valadares

o início do mês, morreu na terça-feira.

Valadares lembrou a atuação do historiador como secretário de Educação de Aracaju e de Sergipe e na fundação do Instituto Tobias

Barreto. O senador disse que Barreto inspirou políticos, jornalistas e todos que se dedicam ao folclore do Nordeste.

— Os sergipanos muito devem a Luiz Antonio pelas pesquisas no campo do folclore, da música popular, de todos aqueles costumes que foram praticados em tempos imemoriais, que já estavam morrendo no esquecimento, mas que foram lembrados pela pena, pela paciência, pela cultura incomparável deste sergipano.

Universidades estaduais pedem apoio à União

Os três senadores da Paraíba defenderam ontem, em debate na Comissão de Educação (CE), maior apoio financeiro da União às universidades públicas estaduais. A audiência pública foi motivada pela situação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com autonomia ameaçada por

restrições orçamentárias, conforme a reitora Marlene Luna.

Vital do Rêgo (PMDB) sugeriu mudanças no projeto da LDO 2013, em tramitação no Congresso, para viabilizar o apoio. Cássio Cunha Lima (PSDB) disse que lutará para que se viabilize, na LDO, o custeio de atividades de pesquisa.

Cícero Lucena (PSDB) propôs que a CE apresente emenda ao projeto de Orçamento de 2013.

Também participaram do debate o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, João Gomes, e o secretário de Educação da Paraíba, Harrison Targino.



Reitores João Gomes (C) e Marlene Luna com Paulo Bauer, vice-presidente da CE

Pernambuco ganha direito a crédito de US\$ 100 milhões

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto que autoriza o governo de Pernambuco a tomar empréstimo de US\$ 100 milhões no Banco Mundial. A proposta de resolução (PRS 11/12) vai agora à promulgação.

Os recursos serão aplicados no Projeto Pernambuco Rural Sustentável, que visa aumentar a competitividade dos produtos da economia de base familiar e seu acesso aos mercados, e promover a inclusão social e o uso sustentável dos recursos naturais.

O relator na CAE, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destacou que o financiamento destina-se à melhoria da qualidade de vida do meio rural pernambucano a partir do estímulo aos empreendimentos associativos. A diferença para o custo total do projeto — US\$ 135,25 milhões — será bancada pelo estado.

Valadares explicou que o

empréstimo será creditado de 2012 a 2017, com custo efetivo médio estimado em 13,69% ao ano, flutuante conforme a variação dos juros de referência do mercado londrino.

Humberto Costa (PT-PE) destacou que o programa é importante para a infraestrutura rural, com construção de estradas, aterros sanitários, moradias e matadouros.

Armando Monteiro (PTB-PE) enfatizou o fomento às atividades agropecuárias, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) agradeceu a rapidez na aprovação.

Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que seu partido apoiava a proposta a pedido de seu presidente, o deputado federal e ex-senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

O projeto foi ao Plenário ontem mesmo, após aprovação de requerimento de urgência da Comissão de Assuntos Econômicos, .

Projeto que unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS sobre produtos importados do exterior interessa ao governo para proteger a indústria nacional. Estados importadores pedem compensações

Unificação do ICMS deverá ser votada só na terça-feira

DIFERENTEMENTE DO QUE o governo havia planejado, a unificação em 4% das alíquotas interestaduais do ICMS sobre importados será examinada pelo Plenário do Senado apenas na próxima semana, provavelmente na terça-feira. A informação é do líder do governo na Casa, Eduardo Braga (PMDB-AM).

O projeto foi aprovado na terça pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em reunião com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, no mesmo dia, os líderes da base governista combinaram votar ontem a matéria que trata do tema (PRS 72/10) mas, segundo Braga, não foi possível a quebra do prazo regimental.

— Ela foi aprovada ontem [terça] na CAE e foi um importante passo, mas temos um interstício de duas sessões



Governo queria apressar votação em Plenário, segundo Eduardo Braga

ordinárias para a aprovação do requerimento de urgência — disse, informando que há entendimento para votar o projeto no Plenário na terça-feira.

Braga enfatizou que o projeto faz parte de um pacote de medidas do governo para

geração de emprego e renda. Nele se incluem as medidas provisórias 563 e 564/12, que concedem incentivos fiscais a diversos setores da indústria.

— Sabemos que isso tem impacto em alguns estados brasileiros, mas os índices e indicadores mostram a premência de o Brasil tomar medidas mais eficientes para a geração do emprego e renda — argumentou.

O senador também listou como prioridades do governo a votação da repartição do imposto cobrado no comércio eletrônico. Três propostas de emenda à Constituição que tratam do assunto (PECs 56, 103 e 113, todas de 2011) tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Elas poderão ser votadas já na próxima semana no colegiado.

Bauer diz que projeto sacrifica crescimento de Santa Catarina

Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu aos colegas que, na votação em Plenário da unificação do ICMS sobre importados, “façam uma reflexão e corrijam o equívoco” que teria sido produzido pela CAE ao aprovar a proposta. Para ele, a correção deve ser feita “não pelo bem de Santa Catarina, mas pelo bem do Brasil”.

O senador disse que a decisão da CAE sacrificou o desenvolvimento de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás. Ele advertiu que interesses de outros estados também serão discutidos no Senado e também poderão ser sacrificados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Henrique pede sensatez na votação em Plenário

Luiz Henrique (PMDB-SC) apelou para que o sentimento de “lógica, sensatez e equilíbrio” prevaleça durante a votação do projeto que unifica o ICMS nas operações interestaduais com produtos importados.

Ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique disse que o desequilíbrio regional vai aumentar se o projeto for aprovado.

O senador reiterou que “a grande maioria entende que o sensato, o equilibrado, o correto e o bom para o Brasil” seria a adoção de um período de transição para que os estados possam se adaptar à nova realidade da proposta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Ana Rita, mudanças têm de ser graduais

Ana Rita (PT-ES) também lamentou a aprovação, pela CAE e pela CCJ, do projeto que unifica o ICMS sobre importados.

— Infelizmente, o projeto foi aprovado. Digo “infelizmente” porque não considero correto adotar medidas que colocam estados e municípios em dificuldades.

Para Ana Rita, as mudanças precisam ser graduais. Ela acredita que, com um pouco mais de esforço, uma saída será encontrada. A senadora também lamentou o fim do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), previsto no mesmo projeto.



Lia de Paula/Agência Senado



Plenário aprova empréstimo para aplicação no Pernambuco Rural Sustentável

Jucá promete negociar toda emenda à MP da Desoneração

Relator na comissão mista especial sobre a medida que amplia a desoneração da folha de pagamento, Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que vai avaliar cuidadosamente as 180 emendas apresentadas à MP 563/12 e negociar todas elas com seus autores, o governo federal e os setores econômicos envolvidos.

— Estaremos à disposição para debater com todos que queiram discutir a melhoria do texto — disse.

A desoneração proposta na MP reduz a zero a alíquota de contribuição previdenciária patronal nos setores de serviços e indústria de transformação. A medida busca incentivar a competitividade pelo reforço nos investimentos e ampliar a formalização da mão de obra. Jucá lembrou que a MP é fruto do Plano Brasil Maior, do governo federal, e propõe “inclusive a substituição da contribuição previdenciária do empregador de 20% sobre



Jucá ainda comemorou construção, em breve, de linha de energia em RR

a folha de pagamento para 1% a 2% do faturamento bruto de várias empresas”.

Jucá também saudou a proximidade da construção de duas linhas de transmissão de energia elétrica, de 500 quilowatts cada uma, entre Manaus e Boa Vista.

— Com essa obra, Roraima vai deixar de ser um sistema isolado e será interligada ao sistema nacional, em condições, inclusive, de diminuir a tarifa de energia para a sociedade — afirmou.

Blairo exalta balança comercial de Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que a balança comercial de Mato Grosso no primeiro trimestre superou a soma de todos os outros estados: US\$ 2,5 bilhões, ante US\$ 2,4 bilhões. A previsão para o ano é que o estado atinja US\$ 12 bilhões, 63% do país. Há seis anos, era 8,5%. Segundo ele, em 30 anos, a produção continua escoando pelos portos de Santos (SP) ou Paranaguá (PR).

— Como as estradas suportam este peso? — questionou, ao pedir mais investimentos em infraestrutura pelo governo federal.



Lia de Paula/Agência Senado

Lopes: multa por atraso na entrega de imóveis

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a proposta de sua autoria que disciplina a aplicação de multa a empresas que atrasam a entrega de imóveis ao consumidor (PLS 97/12).

— A pessoa compra o imóvel, prepara-se para recebê-lo na data que foi dita e de repente o imóvel não é entregue. Isso traz grandes prejuízos.

Eduardo Lopes disse que algumas empresas se empolgaram com o mercado aquecido e “deram um passo maior que a perna”, vendendo “em ritmo frenético”.



Lia de Paula/Agência Senado

Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez poderão ser concedidos a portadores de xeroderma pigmentoso mesmo que filiação à Previdência Social aconteça depois que o problema for detectado

Projeto dispensa carência para doença rara de pele

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei (PLS 553/11) que elimina o período de carência para auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez concedidos a portadores de xeroderma pigmentoso, uma doença de pele que é rara e progressiva. Agora, a não ser que haja recurso em contrário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, os benefícios poderão ser concedidos mesmo que as pessoas se filiem ao Regime Geral de Previdência Social depois de serem acometidas pela doença. Lúcia Vânia (PSDB-GO) é a autora da proposta, e o relator foi Paulo Paim (PT-RS).

No relatório que apresentou à comissão, Paim descreveu a doença degenerativa, causada por uma anomalia genética:

“extensas alterações da pele, tais como atrofia, espessamento, escurecimento e neoplasias em áreas expostas à luz solar, bem como importantes alterações oculares e neurológicas; a fase mais avançada da doença é marcada pela presença de diferentes cânceres de pele”. Segundo o senador, as pessoas atingidas pela doença não podem se expor à radiação solar ou a nenhuma outra fonte de radiação ultravioleta e, por isso, têm grande dificuldade

em encontrar trabalho.

Paim também afirma que, como os casos da doença são pouco numerosos, a proposta não deve resultar em impactos significativos nos gastos previdenciários. Segundo ele, na maioria das situações, o cálculo do benefício permitirá somente o recebimento de um salário mínimo.

O projeto altera o Artigo 26 da Lei 8.213, de 1991, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social.



Comissão de Assuntos Sociais aprovou proposta de Lúcia Vânia relatada por Paim

Proposta veda corte de verbas para sanidade animal

O projeto que proíbe o governo de contingenciar (não liberar) recursos orçamentários destinados à sanidade animal e vegetal avançou no Senado. O texto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais e agora irá para a Comissão de Agricultura.

O projeto (PLS 591/11) é de Antonio Russo (PR). O relator

foi Waldemir Moka (PMDB). Ambos são de Mato Grosso do Sul, onde a agropecuária tem destaque.

Ao defender a proposta, Moka afirmou que, quando o governo contingencia essa parte do Orçamento, são os estados que ficam sem recursos para fazer os investimentos.

— E são investimentos que

têm de ser feitos preventivamente — observou.

Assim como Russo, Moka argumenta que o contingenciamento coloca em risco o trabalho de fiscalização sanitária da produção agrícola e pecuária — fiscalização que visa evitar, por exemplo, focos de febre aftosa que podem prejudicar as exportações de carne.

Nascimento lamenta aumento das demissões no Amazonas



Falta ao país uma receita que equilibre controle da inflação e desenvolvimento econômico robusto, na opinião de Alfredo Nascimento (PR-AM). O senador ressaltou que as economias dos estados estão sentindo a desaceleração nos investimentos.

— No Amazonas, registramos aumento das demissões no primeiro trimestre. Além de não gerar sequer um emprego novo, foram fechados 1.387 postos de trabalho com carteira assinada no estado — lamentou.

Valdir Raupp desmente notícia sobre servidores de Rondônia



Valdir Raupp (PMDB-RO) desmentiu notícias sobre um “parecer secreto” da Advocacia-Geral da União (AGU) contrário à transposição — já aprovada e promulgada pelo Congresso na forma da Emenda Constitucional 60/09 — dos servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. Segundo o senador, uma minuta que seria publicada pela AGU foi engavetada devido à ação da bancada de Rondônia. Agora, falta uma instrução normativa para a conclusão do processo de transição.

Davim apoia jornada de 30 horas para farmacêuticos

Paulo Davim (PV-RN) apoiou a reivindicação dos farmacêuticos e bioquímicos



pela instituição da jornada de 30 horas semanais.

— Eles estão em mobilização contínua na defesa de um pleito legítimo, até porque outras categorias da saúde já conseguiram — afirmou.

O senador também comunicou que em março aconteceu em Florianópolis (SC) o 5º Fórum Ibero-Americano de Entidades Médicas, que reuniu representantes de 17 países da América Latina, Caribe e Península Ibérica. Ao final do evento, disse Davim, foi divulgada nota oficial contrária à revalidação automática de diplomas de medicina entre nações. De acordo com o senador, o documento propõe critérios rigorosos e transparentes para a validação de diplomas.

Humberto relata ações de combate à violência contra mulheres

Humberto Costa (PT-PE) destacou o trabalho da CPI mista sobre a violência contra a mulher, que tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES).



Ele disse que segunda-feira, quando a comissão fez audiência em Recife, a prefeitura ressaltou o trabalho de divulgação da Lei Maria da Penha, com a distribuição de cartilhas explicativas, e prestou informações sobre os serviços de acolhimento a vítimas de violência.

Já o governo estadual, segundo Humberto, citou a criação de 14 novas delegacias da mulher e de seis casas-abrigo no estado, além da implantação de organismos municipais responsáveis pela promoção de políticas de gênero em Pernambuco. Em 2006, o estado era o segundo mais violento, passando para o décimo lugar em 2010.



Denise de Oliveira e estudantes de sua antiga escola na bienal de Brasília

Senado doa obras em braille a entidades do Distrito Federal que atendem cegos

O Senado doou obras em braille a instituições que atendem pessoas com deficiência visual. A Associação Brasileira de Deficientes Visuais, o Centro de Ensino Especial do Deficiente Visual e a Biblioteca Dorina Nowill receberam exemplares da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Igualdade Racial, entre outros. O material é editado

pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado e foi entregue na Bienal Brasil do Livro e da Leitura.

No estande do Senado na bienal, Denise de Oliveira, hoje universitária e 2º lugar no Concurso de Redação do Senado de 2009, encontrou-se com sua antiga escola, o Centro de Ensino Médio 1 de São Sebastião (DF).

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Kátia Abreu diz que questão indígena gera risco de insegurança jurídica

Kátia Abreu (PSD-TO) afirmou que a questão indígena tem colocado a agropecuária brasileira sob risco de abusos e insegurança jurídica “da Ida-de da Pedra”. Ela cobrou do mi-



Senadora vê abusos da Funai

construído numa situação de pacificação, e nós estamos criando adversidades e conflitos que nunca existiram — afirmou.

A senadora disse que, apesar de o STF ter fixado a data de 5 de outubro de 1988 como “insubstituível referencial” para reconhecimento dos direitos dos índios sobre as terras, a Funai ampliou as reservas indígenas em 313% nos últimos 20 anos.

— O Brasil precisa ser

Kátia Abreu exigiu providências do Ministério da Justiça contra as invasões de terra pelos índios. Blairo Maggi (PR-MT) apoiou a senadora.

Para Marta, governo de SP e prefeitura da capital são omissos no transporte

Marta Suplicy (PT-SP) elogiou a lei que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que entrou em vigor na última sexta-feira.



Marta: mobilidade urbana

Ela criticou o que classificou de ausência de uma política de transportes em São Paulo, responsabilizando tanto o governo do estado quanto a prefeitura.

— A lei dá prioridade para os meios de transportes não motorizados e ao serviço público coletivo. Quer dizer, valoriza a calçada, a ciclovia, a integração do automóvel ao sistema de mobilidade sustentável — afirmou, destacando que os estados que se preparam para a Copa de 2014 contarão com recursos para investir em mobilidade urbana.

— O metrô de São Paulo tem batido recorde histórico de superlotação: 4,15 milhões de passageiros num único dia. Trens da CPTM batem recordes de passageiros: 2,5 milhões de pessoas num único dia da semana passada. A principal solução para os congestionamentos continua sendo a construção dos corredores de ônibus.

Ângela: linha de transmissão de energia permitirá desenvolvimento de Roraima

A importância para Roraima da construção da linha de transmissão de energia entre Boa Vista e Manaus, que deve ter início em 2013 e ser finalizada em 2015, foi destacada por



Ângela elogia obra do PAC 2

Caroebe (RR), que funciona precariamente.

— Esta dependência é a responsável pelo atraso econômico de Roraima. Castiga os usuários, deixando-os sem luz mais de quatro horas todos os dias — reclamou.

— A obra faz parte da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e deve receber investimentos de cerca de R\$ 500 milhões.

Ângela ainda parabenizou a ministra Cármen Lúcia, que tomou posse ontem no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Atualmente, o Consórcio Transnorte Energia busca as licenças ambientais. Hoje o estado depende do sistema de Guri, na Venezuela, e da Usina de Jatapu, em

— A posse marca a história de luta das mulheres brasileiras pela participação em todos os espaços de poder e de decisão do nosso país — disse.

Obrigações socioambientais do consórcio responsável pelas obras da usina hidrelétrica no Pará não vêm sendo cumpridas no tempo necessário, segundo participantes de audiência pública no Senado

Cidades cobram mais agilidade de Belo Monte

O CONSÓRCIO RESPONSÁVEL pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, tem atrasado suas obrigações socioambientais nos municípios que serão impactados pelas obras. O alerta foi dado ontem por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em audiência na Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte. O senador apontou atrasos e cobrou fiscalização.

— A barragem será construída, a usina vai gerar energia em 2016, como previsto, mas é preciso assegurar que sejam cumpridas as condicionantes para os municípios impactados — disse Flexa.

Na emissão de licença para as obras, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estabeleceu ao Consórcio Norte Energia obrigações em diversas áreas, como saúde, educação, saneamento básico e segurança, para que os cinco municípios impactados pelas obras possam fazer frente ao acelerado aumento de população nas localidades.

Na avaliação do senador, o cumprimento das condições está aquém do esperado. Ele observou que o apoio aos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu deveria ter sido feito antes do início das obras.

O secretário de Planejamento de Altamira, Antônio Carlos Bortoli, teme que o município não consiga responder à crescente demanda de atendimento médico até que seja feita a reforma do hospital local, uma das obrigações do consórcio que assumiu a usina. Para evitar que o município chegue “a uma situação caótica”, ele pede que as Forças Armadas instalem um hospital de campanha na cidade.

A preocupação com a falta



senador Ivo Cassol (PP-RO)

As obras da usina hidrelétrica no Pará geram impactos em cinco municípios

de estrutura das localidades foi compartilhada pelo prefeito de Vitória do Xingu, Erivando Amaral. Para ele, as ações implementadas até agora atendem apenas a questões emergenciais. Ele lembrou que o município concentrará 93% das obras de Belo Monte e muitos agricultores terão que ser retirados de suas terras.

Consórcio responde

Amaral cobrou agilidade no levantamento das famílias que serão afetadas e na definição dos valores que serão pagos a cada uma. A preocupação do prefeito é no sentido de que os deslocados não consigam comprar uma nova área, por conta do aumento de preço.

Segundo Antônio Coimbra,

diretor socioambiental do Consórcio Norte Energia, o cadastro das pessoas que serão removidas está sendo concluído. Ele também afirmou que estão sendo cumpridos os 153 projetos em saúde e educação previstos para os cinco municípios. Sobre a questão da segurança, Johannes Eck, coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, informou que o aparato na região está sendo reforçado.

Além da instalação de infraestrutura, o representante do Ibama, Thomaz Miazaki de Toledo, lembrou que também deve haver coordenação com as políticas públicas, para que os serviços sejam efetivamente oferecidos à população.

Aeroporto de Altamira tem movimento maior

As condições de operação do Aeroporto de Altamira foi outro aspecto analisado na audiência. Para Flexa, o município é “a porta de entrada de Belo Monte”, e o aeroporto não reúne condições para fazer frente às novas demandas.

O representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Manoel Campos, informou que em 2011 passaram pelo aeroporto 104.700 passageiros — 28% a

mais que em 2010. Ele informou que foram iniciadas obras de recuperação da pista de pouso e que os trabalhos, interrompidos devido a chuvas, serão retomados em junho.

Flexa contestou afirmação do representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Rodrigo Moser, de que o terminal de passageiros do Aeroporto de Altamira oferece conforto. Ele também lamentou que a construção do

novo terminal esteja projetada apenas para 2016. Conforme observou, as condições atuais já não suportam a demanda de movimentação de pessoas.

O debate feito ontem pela subcomissão integra o plano de trabalho do colegiado, que é ligado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e tem como relator Delcídio do Amaral (PT-MS).

Proposta de emenda à Constituição que passou ontem na Comissão de Constituição e Justiça prevê desmembramento de Minas Gerais do TRF da 1ª Região, que atualmente inclui outros 13 estados

Comissão aprova criação do TRF da 6ª Região, em MG

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 65/11) que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte. A PEC vai agora para votação no Plenário do Senado.

Minas faz parte do TRF da 1ª Região, que atende às demandas judiciais de 14 estados. O estado responde por 40% dos processos do tribunal.

A PEC 65/11 passou na CCJ com emenda do relator, Renan Calheiros (PMDB-AL). Com a mudança, o Superior Tribunal de Justiça terá de enviar ao Congresso, 90 dias após a promulgação da emenda, um projeto de lei detalhando organização, estrutura e funcionamento do novo tribunal, além da configuração e composição do TRF da 1ª Região.

A defesa da PEC foi iniciada por Aécio Neves (PSDB-MG). Para ele, a emenda de Renan Calheiros soluciona divergências quanto à constitucionalidade de criação do TRF da 6ª Região por emenda constitucional. Em seguida, Alvaro Dias (PSDB-PR) argumentou que a Constituição não restringe ao Poder Judiciário a iniciativa de criação de tribunais regionais.

Jorge Viana (PT-AC) considerou importante haver jurisprudência sobre a possibilidade de criação de tribunais regionais por "PECs autorizativas". Ele é relator de outra PEC do gênero, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cria um TRF com jurisdição sobre Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.



Os senadores Eduardo Braga, José Pimentel e Renan Calheiros em reunião da CCJ

Mesmo acusada de ser inconstitucional, PEC avança

Pedro Taques (PDT-MT) foi o primeiro senador a apontar a inconstitucionalidade da proposta que cria um TRF em Minas Gerais.

Além de Taques, votaram contra a PEC Marta Suplicy (PT-SP), José Pimentel (PT-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Por outro lado, Aécio Neves (PSDB-MG), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Magno Malta (PR-ES) e Jorge Viana (PT-AC) votaram a favor.

Taques reconheceu a necessidade de uma unidade da Justiça Federal em Minas Gerais, em razão da demanda. Atualmente, o estado responde por 40% dos recursos em tramitação no TRF da 1ª Região.

Ele apontou, entretanto,

vício de iniciativa, sustentando que a criação de tribunais só pode ser feita por projeto de lei elaborado pelo Poder Judiciário.

Para Randolfe, essa discussão evidencia o "anacronismo" da repartição da Justiça Federal.

Ambos defenderam uma revisão da abrangência geográfica dos TRFs, já que alguns deles reuniam realidades territoriais díspares.

Sugeriram como ponto de partida para essa discussão a realização de uma audiência pública com representantes dos tribunais, do Ministério Público e dos advogados.

Aloysio argumentou que não cabe ao Congresso autorizar o Judiciário a exercer uma competência que já lhe é dada pela Constituição.

Indicado para integrar CNJ é aprovado por comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação de Emmanoel Campelo de Souza Pereira para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que observa a condução do Judiciário e corrige eventuais erros.

Na sabatina, Pereira apontou a necessidade de o CNJ adotar medidas que aumentem a rapidez e a previsibilidade das decisões judiciais. Ele afirmou que a previsibilidade dá uma maior segurança jurídica.

— As decisões judiciais têm que ser minimamente previsíveis, seja com base na norma legal, seja no próprio entendimento dos tribunais superiores. O brocardo [premissa evidente] "decidi de acordo com a minha consciência", que escutamos de muitos juízes, tem que ser

desmistificado. O juiz tem a obrigação de decidir de acordo com a Constituição e com as leis — disse.

Pereira disse que a previsibilidade e a celeridade são tão importantes que investidores internacionais analisam esses quesitos na hora de decidir se investem ou não no Brasil.

Ele também considera fundamental o contato direto entre o CNJ e o Poder Legislativo.

— Hoje vejo o Judiciário precisando muito mais de iniciativas do Legislativo para se aperfeiçoar do que o contrário. É fundamental a via de mão dupla entre o CNJ e o Congresso Nacional — disse.

Seu nome foi aprovado por 15 votos a 1. A indicação será examinada pelo Plenário do Senado.



Emmanoel Pereira fala na Comissão de Constituição e Justiça, ao lado do senador Eunício Oliveira

Pedro Taques cobra política nacional de segurança pública

Não basta o aumento da repressão e das penas para o combate à violência, é necessário estabelecer uma política nacional de segurança pública, disse Pedro Taques (PDT-MT).

O senador destacou levantamento do Ministério da Justiça, segundo o qual o Brasil registrou mais de 1 milhão de homicídios nos últimos 30 anos: mais de 35 mil homicídios por ano. Taques também citou pesquisa nacional do DataSenado — cujos dados serão aproveitados pela Comissão de Reforma do Código Penal —, em que 38% dos entrevistados afirmaram já terem sido vítimas de violência ou crime.

O senador ressaltou que os números fogem dos relatórios oficiais, pois 32% dos entrevistados que já foram vítimas de violência afirmaram não ter feito boletim de ocorrência em delegacia. O principal motivo foi acreditarem que a polícia não faria nada a respeito.

Petecão pede decisão rápida sobre fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) fez um apelo a Aníbal Diniz (PT-AC) para que retire pedido de levar o PLC 63/11, do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), a tramitar em mais duas comissões. O projeto corrige lei de 2008, que modificou o fuso horário em parte do Pará e do Amazonas e em todo o Acre, cuja diferença para Brasília passou de duas horas para uma. Em referendo, a população rejeitou a mudança.

Inicialmente, o projeto iria às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE). Diniz propõe que também siga para as de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

— Não há necessidade de que esse projeto demore tanto tempo no Senado — disse.

Novas varas do Trabalho em cinco estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem quatro projetos de lei (PLCs 5, 7, 9 e 12, de 2012) que criam varas nos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª Região (sediado no Rio), da 7ª Região (em Fortaleza), da 8ª Região (em Belém) e da 23ª Região (em Cuiabá).

Os projetos vão agora para votação em regime de urgên-

cia no Plenário do Senado.

O aumento da formalização no mercado de trabalho foi o principal argumento para justificar a aprovação das novas varas trabalhistas. Os recursos para custeá-las terão que estar no Orçamento da União.

Com voto favorável do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), o PLC 5/12 cria 12 varas da Justiça do Trabalho no Rio.

O PLC 7/12 abre cinco varas

trabalhistas no Ceará. O relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), também recomendou a aprovação da matéria.

O PLC 9/12 cria oito varas no Pará e três no Amapá. O projeto foi relatado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O PLC 12/12, relatado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), cria uma vara em Mato Grosso.

PEC da Música terá audiência pública em comissão

A aprovação de um requerimento de audiência adiou a votação da PEC da Música na CCJ. O texto foi tirado da pauta pelo relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), após aprovação

do pedido de audiência feito por Eduardo Braga (PMDB-AM) e apoiado por Armando Monteiro (PTB-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A PEC 123/11 isenta de impostos

CDs e DVDs com obras nacionais. O objetivo é reduzir o preço e inibir a pirataria.

Presidente da CCJ, Eunício Oliveira assumiu compromisso com Alvaro Dias (PSDB-PR)

de pôr o projeto (PLS 156/11) que disciplina a realização de primárias para a escolha de candidatos a presidente da República como primeiro item da pauta da próxima quarta.

Ano II - Nº 10
Brasília, abril de 2012

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Assembleia de Minas faz defesa do consumidor

Pág. 3

Cursos a
distância têm
inscrições até
18 de maio

Pág. 2

Interlegis, 15
anos: câmara
gaúcha conta
sua experiência

Pág. 4



Diretores do Interlegis apresentam o PML aos dirigentes da Câmara de Vereadores de Fortaleza

Interlegis intensifica parceria com senadores

Chefes de gabinete receberam informações sobre como apoiar as ações do Projeto de Modernização do Legislativo

O Interlegis fez reuniões com os chefes de gabinete dos senadores, em março, para mostrar o funcionamento, o alcance e as etapas do Projeto de Modernização do Legislativo (PML). Todos os gabinetes foram convidados a participar e a incentivar a adesão das câmaras ao programa.

— Sem comprometimento das lideranças, qualquer esforço será em vão — alertou o diretor do Interlegis, Haroldo Tajra.

Além de outros temas, foi discutida a lista de municípios que devem receber, neste semestre, a visita de técnicos do Interlegis. E, também, a possibilidade de fazer uma reunião em Brasília com os presidentes de câmaras, com pauta semelhante.

Assessor do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) Nikolas Salvador Bottós disse que, em Santa Catarina, há interesse de todos os municípios em participar do Projeto de Modernização do Legislativo. Tajra explicou que atingir essa meta seria o ideal, mas que não é possível. No entanto, mesmo não fazendo

parte do PML, todas as câmaras podem ter acesso a um ou mais produtos e serviços oferecidos pelo Interlegis.

Eduardo Marques, do gabinete do senador Anibal Diniz (PT-AC), mostrou as dificuldades que podem ocorrer em um estado como o Acre: das cidades listadas para receberem técnicos do Interlegis, quase todas foram duramente atingidas pelas últimas chuvas e dificilmente teriam condições, ao menos agora, de receber a visita.

Geraldo Cavalcante, chefe de gabinete do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), parabenizou o Interlegis, que, “mesmo sendo tão pequeno e provavelmente sobrecarregado, faz um trabalho dessa dimensão”.

PML

O Projeto de Modernização do Legislativo visa atingir, em duas fases, 700 câmaras. A primeira vai até 2013, quando pelo menos 350 deverão estar contempladas. Apesar de existir uma listagem prévia, os gabinetes podem participar da indicação de qual Casa

está mais apta a fazer o convênio com o Interlegis.

Antes, é feito um diagnóstico de suas condições de funcionamento por servidores do programa. Essas câmaras podem também se tornar polos de multiplicação das ações de modernização junto aos municípios vizinhos.

São vários os produtos e serviços que o Interlegis oferece, como o Portal-Modelo para internet, cursos presenciais e a distância, oficinas diversas, com destaque para revisão de lei orgânica e regimento interno e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).

Nas reuniões, tratou-se do apoio dos gabinetes ao contato direto com os colegas das câmaras conveniadas, para assessorá-las na otimização dos instrumentos comunicacionais.

Essa aproximação é feita em eventos regionais, onde especialistas fazem palestras sobre cerimonial, comunicação interna, relações públicas, assessoria de imprensa, jornalismo legislativo e publicidade institucional.

Lançada 2ª etapa de cursos a distância

O Interlegis lança neste mês a segunda etapa de 2012 de inscrições para os cursos a distância desenvolvidos especialmente

para atender às demandas das Casas legislativas.

Os interessados devem acessar o [site saberes.interlegis.leg.br](http://site.saberes.interlegis.leg.br)

até 18 de maio.

Na primeira etapa, cujas aulas já estão disponíveis, houve 2.182 matriculados.

Matrículas abertas

2ª oferta de 2012
Inscrições: 16 de abril a 18 de maio
saberes.interlegis.leg.br

- Br Office Calc
- Br Office Writer
- Busca da Qualidade
- Cerimonial no Ambiente Legislativo
- Desenvolvimento de Competências Gerenciais
- Excelência no Atendimento
- Formação de Tutores para EAD
- Gestão de Convênios

- Gestão do Conhecimento Legislativo
- Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal
- Introdução ao Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público
- Introdução ao Orçamento Público
- Licitações e Contratos
- Noções Básicas de Administração
- Organização de Gabinete Parlamentar
- Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal
- Práticas em Jornalismo Legislativo
- Redação e Técnica Legislativa
- Técnicas de Oratória
- Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: senador Cicero Lucena
Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Letícia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Letícia Pires e Wêllida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

Bons resultados na CeBIT, a maior feira de TI do mundo

O Interlegis foi a única instituição do Legislativo convidada a participar da CeBIT 2012 pela Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex). Cento e trinta instituições e empresas públicas e governamentais integraram a delegação brasileira.

A CeBIT é a maior feira de tecnologia da informação e comunicação do mundo. O evento foi realizado em março, em Hannover, Alemanha.

Para o chefe da missão, o diretor de Tecnologia do Interlegis, Ricardo Ramos, a participação foi positiva. Ele teve a assessoria dos técnicos do Interlegis João Gouveia e Jean Ferri.

O estande do Interlegis na CeBIT 2012 acabou virando uma atração. Era o único que tinha uma rede sem fio própria e uma câmera ao vivo, com

transmissão de imagens do evento. Com isso, era procurado por todos que queriam aparecer ao vivo para o Brasil.

Ramos lembrou que o principal resultado da participação do Interlegis na feira foi o intercâmbio tecnológico. Susanne Wolfgarten, representante da empresa alemã GIZ, que dá apoio a países africanos, demonstrou interesse pelos produtos e serviços Interlegis.

Representantes dos governos britânico e alemão ficaram impressionados com o atendimento que o programa oferece gratuitamente às Casas legislativas brasileiras.

Um dos objetivos da presença dos representantes do programa era justamente fazer contatos que propiciassem troca de informações e possíveis convênios e parcerias, afirmou Haroldo Tajra, diretor da Secretaria do Interlegis.



Jon "Maddog" entre João Gouveia e Jean Ferri, no estande do Interlegis na CeBIT 2012

Presidente da Linux pode vir a encontro no Brasil

Jon "Maddog" Hall, diretor-presidente da Linux International, visitou o estande do Interlegis na CeBIT 2012.

Ele foi convidado pelo diretor de Tecnologia do Interlegis, Ricardo Ramos, para vir a Brasília, especialmente para o Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), que acontece anualmente em novembro.

O executivo é uma das grandes figuras do universo do *software* livre, reconhecido internacionalmente. Segundo o diretor do Interlegis, “Maddog” Hall ficou bastante interessado em conhecer de perto o trabalho desenvolvido pelo Interlegis.

A Linux International é uma organização sem fins lucrativos, patrocinada por empresas de TI, que promove o desenvolvimento de aplicações em *software* livre e código aberto.

Carreira

“Maddog” Hall trabalha com informática desde 1969, é utilizador de Unix desde 1977 e de Linux desde 1994 e é um dos fundadores do movimento Open Source.

O dirigente foi reitor da Faculdade de Informática do Hartford State Technical College, nos Estados Unidos, onde os estudantes o apelidaram de “maddog” (cachorro louco).

Encontro de vereadores em Rondônia

O Interlegis participou da segunda edição do Fórum de Debates pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais de Rondônia, em 29 de março, na Câmara de Cacoal. O evento teve apoio da União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver), da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (Abracam) e do tribunal de contas do estado.

Em meio às várias palestras, o representante do Interlegis, Janary Nunes Carvão, ouvindo do órgão, fez a apresentação do programa, ressaltando o Projeto de Modernização do Legislativo (PML), que leva às Casas legislativas de todo o Brasil ações fundadas em capacitação, tecnologia, comunicação e informação.

Minas investe na defesa do consumidor

Procon da assembleia legislativa mineira supera a Justiça nas soluções conseguidas em conciliação

Para comemorar 15 anos de funcionamento, o Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) lançou em fevereiro um serviço pela internet que ajuda outras Casas legislativas a criar estruturas de defesa do consumidor. O Procon da ALMG atende a cerca de 90 mil demandas por ano, conseguindo que 73% delas sejam resolvidas por meio de conciliação. Na Justiça, o índice é de 30%.

O órgão agora dá apoio e assessoramento técnico para criação de Procons municipais. Prefeituras, câmaras ou entidades civis de defesa do consumidor podem solicitar assessoramento pelo formulário na página do órgão na internet (www.almg.gov.br/procon). O curso dura cinco dias, inclui palestras sobre legislação e dinâmica do processo administrativo, estrutura física necessária, prática de atendimento e audiências.

O Procon On-line começou em março a atender, primeiro, a população dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem Procon local. Já foi implantado em Esmeraldas e chegará a

Matozinhos e Ibitaré. Além de oferecer orientação e apoio na implementação do serviço, a assembleia cederá às câmaras conveniadas aparelhos de scanner para digitalização de documentação nos atendimentos.

As Casas legislativas oferecerão a infraestrutura do atendimento local (espaço físico, equipe e mobiliário). As reclamações documentadas serão recebidas e analisadas pelo Procon da ALMG, que dará retorno sobre solução ou encaminhamento, promovendo intermediações e acordos, inclusive com audiência de conciliação, se necessário.

Telefonia e juro

No atendimento direto do Procon da ALMG, as principais demandas são referentes a telefonia móvel, juros altos do cartão de crédito, defeitos com pouco tempo de uso e atraso na entrega das compras presenciais ou pela internet. Segundo o coordenador do órgão, Marcelo Barbosa, a iniciativa foi da Comissão de Defesa do Consumidor, porque o Procon estadual só atende demandas coletivas. Ele ressalta que, por ser do Poder Legislati-



O Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, criado em 1997, atende a 90 mil demandas de cidadãos por ano

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

vo, o Procon da ALMG não tem o poder de polícia (fiscalização e sanção administrativa para multar e fechar o estabelecimento, por exemplo).

— Quando o caso exige uma dessas medidas, eu faço uma representação ao Procon estadual — explicou o coordenador.

O Procon da ALMG dá proteção jurídica e técnica aos consumidores por meio de orientações, intermediação de conflitos com fornecedores, pesquisa de preços no mercado e palestras

nas escolas sobre educação para o consumo, entre outras ações.

Focando na formação do consumidor do futuro, o Projeto Procon na Escola leva a estudantes da Grande BH palestras que informam sobre os direitos do consumidor e os mecanismos disponíveis para a sua proteção. As palestras também orientam sobre a necessidade de disciplina e da adoção de critérios que ajudem a evitar o endividamento ou a contratação de serviços desnecessários.

A deputada estadual mineira Liza Prado (PSB) disse que apoia a iniciativa e está trabalhando para que a Casa providencie um ônibus que funcione como unidade móvel para ser usado principalmente nas ações nas escolas.

As assembleias de **Ceará, Rio Grande do Norte e Roraima** também oferecem serviços de proteção aos direitos do consumidor nos moldes da ALMG

Porta-Retrato



Em foto de Pillar Pedreira (Interlegis), saguão de entrada da Câmara de Barbacena, Minas Gerais: detalhe com a escada que dá acesso ao Plenário, no prédio do período colonial, construído antes de 1789

Escolas do Legislativo definem ações estratégicas

A Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) realizou reunião no Interlegis, em 6 e 7 de março, para delinear ações baseadas no planejamento estratégico desenvolvido no ano passado.

Segundo o presidente da entidade, Florian Madruga, as linhas norteadoras foram apresentadas no 18º Encontro Nacional da Abel, em outubro, em Aracaju. Ele destacou a criação de uma emissora de televisão, com transmissão via internet, entre as principais propostas.

Doze colaboradores, entre diretores da entidade, de escolas e colegas voluntários, se dividiram em cinco grupos.

Cada um discutiu uma das grandes metas da associação para os próximos anos: divulgação da educação político-legislativa, aprimoramento da área de eventos, realização do Censo da Educação Legislativa e de Contas, reestruturação organizacional e administrativa e aprimoramento do portal e da comunicação interna.

Após as discussões, foram elaborados projetos executivos a partir das ações definidas. Eles serão apresentados no 19º Encontro Nacional da Abel, marcado para maio, em Natal, dentro do Encontro da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale).

Curtas

► **Porto Velho, RO** — O Interlegis apoia a implantação da Escola do Legislativo da Assembleia de Rondônia, que abriu as atividades letivas em 13 de março.

► **São Luís, MA** — Uma equipe de instrutores da área de tecnologia do Interlegis aplicou treinamento para técnicos de sete câmaras focado na instalação e no uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Os encontros foram na Assembleia do Maranhão, de 14 a 16 de março.

► **Laranjeiras, SE** — Em encontro em 23 de março, os 130 participantes, entre servidores e parlamentares, conheceram melhor o Programa de Modernização Legislativa, do Interlegis, e assistiram a palestras técnicas. O próximo passo é a elaboração de diagnósticos nas câmaras.

► **Campo Grande, MS** — O Interlegis foi destaque no 8º Seminário de Câmaras e Vereadores de Mato Grosso do Sul, em 30 de março. O encontro recebeu 696 inscrições

e foi aberto pelo governador, André Puccinelli. O deputado Paulo Corrêa, 1º secretário da ALMS, informou que a Casa vai passar a usar o domínio leg.br em breve.

► **Betim, MG** — O especialista Yuri Sousa e o consultor do Senado Paulo Henrique Soares aplicaram a oficina de revisão do regimento interno e lei orgânica, nos dias 28 e 29 de março. Também participaram representantes das câmaras de Cataguases e de Itaguara.

Especialista em regimento interno, Sousa conduz oficina em Betim (MG)



Paulo Soares/Senado

Ação incentiva jovens a tirar título eleitoral

Justiça Eleitoral quer que adolescentes de 16 e 17 anos, que não são obrigados a votar, participem da eleição deste ano

Em 19 de março, as emissoras de rádio e televisão em todo o Brasil começaram a veicular uma campanha da Justiça Eleitoral para incentivar os eleitores de 16 a 18 anos a tirar o título e exercer o direito ao voto. Até os 18 anos o voto é facultativo. Quem tem 15 anos, mas fará 16 até o dia da eleição, 7 de outubro, também pode pedir o documento para votar pela primeira vez.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que, em janeiro deste ano, existiam 1.712.598 cidadãos nessa faixa etária com o título de eleitor (veja quadro nesta página), apenas 1,25% do eleitorado total. Pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 9,59% da população brasileira está entre os 15 e os 19 anos. Esses números demonstram que a grande maioria da juventude do país ainda não tem interesse em participar do processo político-eleitoral.

O assessor de imprensa substituto do TSE, Luiz Neves, informou que há outras inicia-

tivas para estimular a participação dos jovens:

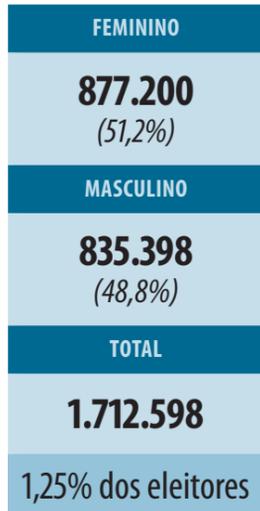
— Além da campanha de incentivo da Justiça Eleitoral, as escolas judiciárias eleitorais dos 27 tribunais regionais eleitorais e a Escola Judiciária do TSE promovem palestras e visitas às escolas de ensino fundamental e médio para explicar o sistema político nacional e a importância da participação política do jovem.

Outros órgãos públicos também têm trabalhado nessa linha. Antes das eleições de 2010, o Ministério Público do Rio Grande do Sul distribuiu 5 mil cartilhas a procuradores e promotores eleitorais gaúchos, que participaram de um curso de capacitação coordenado em parceria com o Ministério Público Federal.

O material propunha um questionamento ao eleitor sobre os critérios utilizados para votar em um candidato, além de informar o contato dos órgãos de controle que recebem denúncias sobre irregularidades nas eleições

Eleitores de 16 e 17 anos

Dados de janeiro de 2012



Fonte: TSE

Para tirar o título de eleitor...

...basta procurar um cartório eleitoral com um documento de identidade com foto e comprovante de residência, não sendo necessário o pagamento de taxas. O título é gratuito. O cadastramento eleitoral é realizado até 9 de maio.

Fonte: TSE

CALENDÁRIO ELEITORAL – até maio

DIA	MÊS	AÇÃO
10	abril	Último dia para o partido político publicar as normas para as coligações
10	abril	Proibição de revisão de remuneração de agente público
9	maio	Último dia:
		• para requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio
		• para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no título eleitoral
		• para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar transferência para seção eleitoral especial
26	maio	Início de propaganda intrapartidária para indicação de candidatos, vedado o uso de rádio, televisão e <i>outdoor</i> , observado o prazo de 15 dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos

“O Interlegis pôs nossa câmara no mundo on-line”

Desde 1997, quase 4 mil Casas legislativas foram beneficiadas pelas ações do Interlegis. A Câmara de Cachoeira do Sul, a 196 quilômetros de Porto Alegre, foi a primeira Casa legislativa gaúcha a assinar convênio, em 9 de fevereiro de 2001. O servidor Gelson Elesbão testemunhou o ato e conta como tem sido a parceria:

“A Câmara de Cachoeira do Sul tomou conhecimento do

Interlegis por correspondência recebida em 2000. Os serviços disponibilizados pelo programa foram então levados ao conhecimento da Mesa Diretora do legislativo municipal, cujo presidente era Claudio Sérgio Vidal Petrucci, acompanhado do secretário, Edinelson Beck. Fui eu, responsável pelas tecnologias de informação — função que ainda ocupo —, quem fez a mediação.

Lembro que, firmado o

convênio, a Câmara recebeu um microcomputador, uma impressora a laser e um modem externo com hub — equipamentos de ponta naquele período. A partir daí, foi possível disponibilizar a internet para o restante da Casa. Até então, o acesso era restrito a apenas um computador. Assim, o Interlegis foi decisivo para a câmara ingressar no mundo digital de forma definitiva.

Estreitado o vínculo entre

o Interlegis e a Câmara de Cachoeira do Sul, fui a Porto Alegre participar de um curso de especialização para operação dos softwares do programa. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul já havia firmado convênio com o Interlegis.

Em seguida, a Casa implantou o SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo), que é o software mais popular nas Casas legislativas do país, algo



INTERLEGIS

que permanece até os dias atuais como um diferencial em relação às demais câmaras da região central do estado.”

Artigo

Ficha Limpa, a importância de uma lei

Por Lucio Rennó,

professor-adjunto do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Ceppac), da Universidade de Brasília

A LEI COMPLEMENTAR 135, de 4 de junho de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, que recentemente teve sua constitucionalidade analisada e avalizada pelo Supremo Tribunal Federal, é uma das principais reformas do sistema político brasileiro. A lei torna inelegíveis cidadãos que tenham alguma condenação em instância colegiada, que tenham renunciado a mandatos eletivos para escapar de cassação ou que tenham sido excluídos do exercício da profissão por crime ético-profissional.

O valor simbólico, o que ela significa, já torna a Lei da Ficha Limpa um avanço significativo em nosso quadro institucional. Primeiramente, isso ocorre devido à maneira como a lei foi formulada, por meio de proposição legislativa de iniciativa popular. O espírito da lei é claro: tolerância zero a políticos corruptos.

Em segundo lugar, a lei deixa claro que os ocupantes de cargos eletivos devem estar acima de qualquer suspeita. A severidade da lei, que foi motivo de dúvidas sobre sua constitucionalidade, realça apenas a indignação da população.

Esse segundo motivo claro para a relevância da Lei da Ficha Limpa diz respeito a suas consequências para o sistema político brasileiro. As implicações práticas da Ficha Limpa



na disputa eleitoral já foram sentidas em 2010, apesar de toda a confusão e de todo o impasse que marcaram essa questão na eleição passada. A dúvida sobre a constitucionalidade da lei, devido aos atrasos e indecisões da Suprema Corte em se posicionar sobre ela, estimulou candidatos a recorrerem ao Judiciário para se livrarem da punição. A lei, por sinal, permite isso.

Em 2012, claramente haverá recursos, mas a probabilidade de sucesso deles será menor após a decisão recente, embora tardia, do Supremo. Assim, o papel das cortes nas próximas eleições será fundamental para assegurar o efeito da lei. Na medida em que as cortes punam os afetados por ela, menor serão os estímulos para que outros recorram no futuro.

As eleições de 2012 guardam ainda capítulos decisivos para dirimir dúvidas sobre as consequências práticas da Lei da Ficha Limpa. Esses próximos passos serão tão fundamentais quanto os iniciais. Cabe, então, a vigilância continuada da população brasileira para assegurar que a lei não se torne letra morta.



Plenário do STF julga a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa